

ATA DA REUNIÃO DE 03.02.2017

ATA N.º 3/2017

Ao terceiro dia do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Renato Alves dos Santos, em substituição de Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Eduardo Manuel Silva Santos Baptista, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Esteve ausente o Vereador Elísio Costa Santos Summavielle, cuja falta a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** 1. Competência delegada e subdelegada; 2. Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA:** 1. **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS:** 1.1. Ata; 1.2. Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo Professor Armando Lucena (Malveira) – Ratificação do despacho de aprovação da minuta do contrato; 1.3. Contratos de prestação de serviços na modalidade de avença (Engenharia Civil, Solicitadoria, Engenharia Ambiental e Área de Cultura) – Ratificação de Parecer Prévio Vinculativo; 2. **DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO:** 2.1. Proposta de atribuição de subsídio à Irmandade do Santíssimo Sacramento; 2.2. Comparticipações familiares para as Férias (Cri)Ativas na interrupção letiva da Páscoa e do Verão de 2017; 2.3. Projeto “Jornadas da Juventude 2017” – Valor de ingresso e inscrição; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. -----

4

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (anexo I e II). -----

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente deu nota dos eventos realizados no Concelho de Mafra: no dia 22 de janeiro, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, o Ciclo de Música "Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra", com a atuação da Escola de Música da Casa do Povo da Enxara do Bispo; no dia 28 de janeiro, o 5.º encontro *Mafra Foot*, no Clube Desportivo da Venda do Pinheiro; no dia 30 de janeiro, a inauguração da ampliação e modernização das instalações da Escola Básica da Venda do Pinheiro, disponibilizando mais 13 salas de aulas. -----

--- Seguidamente, informou que foi iniciada, nesta data, a empreitada de requalificação da Escola Básica e Jardim de Infância do Sobral da Abelheira e que, brevemente, se realizarão os trabalhos de remodelação da Escola Básica Professor Armando Lucena, na Malveira, assim que for rececionado o visto do Tribunal de Contas. Mais informou que, em reunião agendada com a Secretária de Estado Adjunta e da Educação, efetuará a apresentação dos projetos de requalificação da Escola Básica António Bento Franco, na Ericeira, e de ampliação da Escola Básica de Mafra, criando mais seis salas, e aguardando com expectativa qual o modelo de financiamento apresentado pelo Governo, na medida em que, para estas duas escolas, não existe financiamento comunitário disponível. Recordou que, no caso das Escolas Básicas da Venda do Pinheiro e Armando de Lucena (Malveira), o Município de Mafra efetuou candidatura a fundos comunitários e ainda assumiu, através do orçamento municipal, parte do custo das empreitadas. Não obstante estas limitações orçamentais e o facto de ainda não estar concluído o processo de descentralização de competências nas autarquias, declarou que a educação é uma prioridade estratégica para o Concelho de Mafra e que todos os alunos têm direito à igualdade de oportunidades, pelo que, ainda que a gestão

ATA DA REUNIÃO DE 03.02.2017

do parque escolar do 2.º e 3.º ciclos não seja responsabilidade municipal, está disponível para comparticipar a requalificação das mencionadas escolas da Ericeira e de Mafra, empreitadas que se estima que orcem, respetivamente, em dois milhões de euros e em meio milhão de euros. Face ao exposto, pediu que os Vereadores se pronunciassem sobre esta matéria, aditando que, no seu entendimento, a Câmara Municipal poderia comparticipar, numa situação limite, até metade do valor. -----

--- Deu, também, conhecimento dos seguintes eventos que se realizarão no Concelho: nos dias 4 e 5 de fevereiro, entre as 09h00 e as 20h30, no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra, o 46.º torneio da Associação de Ténis de Mesa de Lisboa; no dia 4 de fevereiro, no Palácio Nacional de Mafra e Refeitório dos Frades, a representação teatral do "Memorial do Convento", seguida de um jantar com Sopa de Pedra no Refeitório dos Frades; no dia 5 de fevereiro, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, o Ciclo de Música "Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra", com a atuação da Orquestra Sinfónica de Jovens da Junta de Freguesia de Santo Isidoro; no dia 9 de fevereiro, pelas 17h30, na Casa de Cultura D. Pedro V, em Mafra, a conferência "A Religiosidade Popular em Portugal e algumas das suas expressões culturais imateriais"; no dia 11 de fevereiro, pelas 15h00, no Clube Desportivo de Mafra, o 6.º encontro *Mafra Foot*; no dia 18 de fevereiro, pelas 21h30, na Aldeia da Mata Pequena, a Noite de Contas na Aldeia, um serão de contos tradicionais com António Fontinha. -----

--- O Presidente agradeceu publicamente a todos aqueles participaram na elaboração do dossiê com a proposta para a inscrição do Real Edifício de Mafra na lista do Património Mundial da UNESCO, em especial aos diferentes parceiros – a Direção Geral do Património Cultural e o Palácio Nacional de Mafra, a Escola das Armas, a Paróquia de Mafra e a Tapada Nacional de Mafra – e aos técnicos municipais. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista pronunciou-se sobre a comparticipação na requalificação das escolas, dizendo que, na sua opinião, a tónica deve ser posta nas responsabilidades de cada uma das partes. Declarou que a Câmara Municipal deve chamar a atenção da Administração Central que não é razoável que se continue a

abusar dos orçamentos das autarquias para resolver os problemas que não são da sua competência. -----

--- DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS: -----

--- O Vereador Sérgio Santos afirmou que se vai entrar num período pré-eleitoral e, como tal, por certo existirão momentos em que se poderá ultrapassar o bom senso. Nesta perspetiva, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, questionou que ligação tem a ampliação da Escola Básica da Venda do Pinheiro, que foi inaugurada, com o Parque Ecológico e Intermodal que vai ser construído na Venda do Pinheiro. Dirigindo-se ao Vereador Eduardo Baptista, a propósito de um folheto da CDU onde é referido *"Negócios que cheiram a esturro. Votamos contra todos os negócios que não foram claros ou não constituíram melhores opções, como por exemplo a compra por um milhão de euros de terreno registado nas contas da vendedora por um valor de quatrocentos mil euros"*, referiu que gostaria que concretizasse que negócios, porque esteve envolvido na votação, considerando o supremo interesse do Concelho e dos Mafrenses. Declarou não poder aceitar que sejam feitas afirmações não concretizadas, caso contrário estas deixam de ser uma posição política para passar a ser uma calúnia.

--- DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO: -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço pronunciou-se sobre a cerimónia de inauguração da ampliação e modernização das instalações da Escola Básica da Venda do Pinheiro, afirmando ter apreciado as palavras da Secretária de Estado Adjunta e da Educação, nomeadamente quanto à forma como o processo foi tratado, esperando que nas outras escolas também se processe do mesmo modo. -----

--- Manifestou o seu desagrado relativamente às manifestações registadas junto à Escola Básica António Bento Franco, na Ericeira, a propósito da lagarta dos pinheiros. Solicitou que se proceda à sua remoção. -----

--- Relativamente à requalificação das duas escolas referenciadas pelo Presidente, reconheceu que esta matéria é sensível e que tem vindo a constituir uma forma de crítica ao Ministério de Educação, por uma razão ou por outra: se o Ministério dá o dinheiro é porque está a favorecer; se não dá o dinheiro é porque a Câmara se antecipa. Na sua opinião, os alunos devem ser sempre a prioridade. -----

--- Em relação às afirmações formuladas no folheto da CDU, disse que gostaria que o assunto fosse esclarecido, pois este também foi por si votado favoravelmente. -----

--- DO VEREADOR RENATO SANTOS: -----

--- O Vereador Renato Santos referiu que foi notícia que a Câmara Municipal de

ATA DA REUNIÃO DE 03.02.2017

Barcelos foi condenada a pagar cento e setenta e dois milhões de euros à empresa concessionária da água e do saneamento por terem denunciado o contrato, quando contavam pagar cerca de oitenta milhões. Questionou se a Câmara Municipal de Mafra está preparada para uma eventual situação idêntica. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista respondeu que, em relação ao documento que a CDU produziu, este visa dar conta das observações da CDU na Assembleia Municipal. Não tendo estado presente nessa sessão da Assembleia Municipal, não poderá agora prestar esclarecimentos, mas poderá fornecê-los na próxima reunião, nomeadamente quanto ao valor do terreno e ao valor da escritura. -----

--- Seguidamente, apresentou a Moção intitulada "Por um Passe Social Intermodal e condições iguais para toda a Área Metropolitana de Lisboa". -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço questionou sobre se o Presidente tinha notícias, por parte do novo Comandante da Escola de Armas, da possibilidade de se agendar mais visitas aos subterrâneos do Convento de Mafra, uma vez que estas se encontram esgotadas até ao mês de novembro. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente da Câmara informou que ainda não obteve resposta da parte do Comandante da Escola das Armas. -----

--- Reportando-se à inauguração da ampliação e modernização das instalações da Escola Básica da Venda do Pinheiro, disse que, embora reconheça a oportunidade das palavras proferidas pela Secretária de Estado Adjunta e da Educação, estas só fazem sentido quando são consequentes, dando nota de que o Município de Mafra ainda não recebeu qualquer verba do Ministério da Educação. -----

--- Relativamente à Escola Básica António Bento Franco, e apesar de não ser competência municipal, informou que a Câmara Municipal procedeu à limpeza dos pinheiros e que a lagarta do pinheiro é, infelizmente, uma praga à escala global. -----

--- A respeito da denúncia do contrato de concessão de água e saneamento pela Câmara Municipal de Barcelos, disse desconhecer os detalhes do processo. No que diz

respeito ao Município de Maфра, declarou que não há qualquer indício que lhe permita concluir que será ultrapassado o perímetro de risco. Deu nota que, dentro em breve, se deverá rececionar o parecer da ERSAR para se poder dar sequência ao processo. ---

--- Por último, declarou que a requalificação da Escola Básica da Venda do Pinheiro e a construção do Parque Ecológico e Intermodal são intervenções complementares: por um lado, porque este parque se constitui como uma zona verde, que integra não só o Centro Interpretativo do Lizandro, mas também equipamentos desportivos ao ar livre, complementando as próprias instalações da escola; por outro lado, porque este parque permite melhorar a acessibilidade à escola, quer ao nível da disponibilização de estacionamento de veículos ligeiros de professores, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, quer ao nível do acesso aos transportes públicos. Explicou que a portaria do estabelecimento de ensino será transferida de nascente para poente, beneficiando a mobilidade e promovendo a segurança. -----

--- **DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Vice-Presidente, referindo-se ao folheto da CDU, frisou que é tão grave o que está escrito como as imagens utilizadas, que são de extremo mau gosto, a menos que seja demonstrado que a mensagem que pretendiam passar era outra. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos agradeceu a disponibilidade do Vereador da CDU na prestação de esclarecimentos adicionais. Acrescentou que o problema reside, também, no facto do título estar no plural – «negócios cheiram a esturro» – e não no singular, quando no corpo de texto apenas é mencionado um único terreno. Nesta conformidade, aguardará serenamente pela próxima reunião de Câmara para que o Vereador possa esclarecer quais são os negócios, no plural, que cheiram a esturro, porque se cheiram e se votou favoravelmente, não se sente bem. Mais declarou que, em relação ao período pré-eleitoral, o Partido Socialista estará atento a tudo o que se possa fazer, dizer ou utilizar, até uma simples imagem que seja usada em campanha. -

--- Em relação ao Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro, referiu que, na sua opinião, este não deveria ter sido referido quando se estava a inaugurar a requalificação de uma escola, porque tudo tem o seu tempo e o seu lugar. Face às constantes afirmações de que o Estado não tinha, ainda, dado as verbas como tinha prometido, questionou se na opinião do Presidente da Câmara o mesmo não cumprirá as suas obrigações. -----

--- Em relação à Moção apresentada, disse que esta estava fora de contexto, na

ATA DA REUNIÃO DE 03.02.2017



medida em que o Concelho de Maфра não é servido pela Carris, mas por empresas privadas, não se podendo exigir a uma empresa privada que baixe o preço dos passes ou isente o pagamento para utentes até aos 12 anos. Questionou, caso esta situação se verificasse, como se subsidiariam estas empresas privadas. Não obstante, se lhe perguntassem qual era o seu entendimento, diria que em teoria estava de acordo com o que a CDU afirma e que a Carris deveria ser responsabilidade de todos os municípios por ela servidos. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENCO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço esclareceu que apreciou o facto da Secretária de Estado Adjunta e da Educação ter valorizado a escola, os moldes como esta foi feita e, a título de exemplo, o aproveitamento do espaço dos laboratórios. Ainda sobre esta inauguração, congratulou-se pelo que foi dito pelo Diretor do Agrupamento de Escolas.

--- Relativamente à Moção, salientou que o Concelho de Maфра não é servido pela Carris e como tal não existem as benesses que sempre tiveram os utentes que utilizam aquela empresa. Aditou que os preços dos passes dos utentes do Concelho de Maфра nunca foram proporcionais aos praticados em Lisboa. -----

--- **DO VEREADOR RENATO SANTOS:** -----

--- A propósito de notícia de que, segundo as declarações da Diretora Geral do Património, estão a ser avaliados os custos de transferência do Museu Nacional da Música para Maфра, perguntou se a Câmara tem algum desenvolvimento sobre esta matéria. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- Relativamente à transferência de verbas do Ministério da Educação pela requalificação do parque escolar, o Presidente da Câmara respondeu que só há uma forma de cumprir, que é cumprindo. Assim sendo, e devolvendo a pergunta, questionou qual era o entendimento do Vereador sobre esta matéria, quando se verifica que a obra está terminada e o dinheiro não veio: o Estado cumpriu ou não cumpriu com o que se tinha comprometido? Declarou que outra coisa é perguntar se o Estado vai pagar o que está escrito, sendo que, neste caso, responde afirmativamente.

---- Quanto à transferência do Museu Nacional da Música para Maфра, respondeu que

não dispõe de informações adicionais, mas que, na sequência dos compromissos assumidos e reafirmados pelo Ministro da Cultura e da unanimidade que esta matéria regista ao nível do Executivo Municipal, está convicto de que tal transferência acontecerá, desejando que seja o mais rápido possível e declarou que, dentro das suas possibilidades, a Câmara Municipal está disponível para ser um elemento facilitador. --

--- Relativamente à Moção apresentada pelo Vereador Eduardo Baptista sobre os transportes públicos, propôs que se convergisse para uma proposta comum. Considerou que o ponto um dessa moção merece a sua concordância, porque reconhece as vantagens associadas à existência de um passe social intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa. Quanto ao ponto dois, considerou que este não é oportuno, porque o sistema de transportes públicos de Mafra não é igual a Lisboa. Além disso, se o passe social intermodal fosse aplicado em toda a Área Metropolitana de Lisboa, então os municípios também usufruiriam dessas vantagens. Concluindo, disse que, se a CDU não estiver disponível para aceitar estas alterações, então terá de votar contra. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista aditou que o ponto 2 da moção expressa a visão política da CDU, que defende que os transportes públicos devam de ser iguais para toda a Área Metropolitana de Lisboa e não concelho a concelho, uma vez que as populações circulam entre vários territórios. Em relação à Carris e ao Metropolitano, lembrou que estas empresas não operam só no Concelho de Lisboa e que os municípios do Concelho de Mafra estão indevidamente excluídos de benesses como as atribuídas. Acrescentou, ainda, que a visão que preconiza para este sistema é de carácter público, não subordinada aos interesses desta ou daquela empresa. Declarou aceitar que se possa rever o segundo ponto, mas não prescindindo da opção de que toda a Área Metropolitana de Lisboa deve ter as mesmas condições. Por fim, apelou para que se altere a redação, mas que se mantenha a opção de considerar extensível a todos os Concelhos as mesmas condições. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos aditou que, se o Concelho de Mafra não fosse servido por operadores privados, mas sim pela Carris e pelo Metropolitano, então evidentemente que os Vereadores do Partido Socialista seriam os primeiros a defender a igualdade de benefícios para todos. Perante a situação, questionou como seriam financiados os privados, se com verbas da Administração Central ou da Câmara Municipal.

ATA DA REUNIÃO DE 03.02.2017



Acrescentou que defende, contra o que foi feito, que a Carris devia ter uma gestão de todos os municípios onde opera, mas essa não foi a decisão do Partido Socialista nem do Governo do Partido Socialista. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço sugeriu que se alterasse a redação e se votasse a Moção na próxima reunião de Câmara. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente agradeceu a sugestão e propôs que a Moção fosse retirada e alterada com a anuência de todos, a fim de ser apresentada na próxima reunião de Câmara, questionando se todos concordam. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista deu a sua anuência, solicitando que a filosofia da gestão da Área Metropolitana de Lisboa seja mantida, de uma forma igual para todos os Concelhos. Em resposta ao Vereador Sérgio Santos, disse que o financiamento das empresas privadas já existe. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente lembrou que se o passe intermodal for aplicado a toda a Área Metropolitana de Lisboa então será garantida a equidade para todos. Não havendo nada a opor contra a retirada da Moção, deu a palavra à Vereadora Antonieta Lourenço. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço referiu que, embora estivessem previstas condições climatéricas adversas para o continente, estas não foram muito acentuadas. Questionou quais os danos a nível do Concelho de Mafra. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente informou que a Proteção Civil Municipal, juntamente com a Proteção Civil Nacional e Distrital, se articularam para desenvolver medidas de prevenção, quer de pessoas, quer de bens. O únicos danos a registar foram na Foz do Lizandro, num passadiço cuja cabeça foi deteriorada. -----

--- Em relação ao Portinho da Ericeira, informou que, junto da Docapesca, foi mostrado

o desagrado relativamente ao excesso de areia. No que se reporta às pedras, afirmou que, insistentemente, tem vindo a alertar a Docapesca e o Governo sobre esta matéria, aditando que termina hoje o período de audição dos interessados no que diz respeito a uma empreitada para remoção das mesmas. -----

--- II – ORDEM DO DIA: -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: -----

--- 1.1. ATA: -----

--- O ponto 1.1. foi retirado da ordem do dia. -----

--- 1.2. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2.º E 3.º CICLO PROFESSOR ARMANDO LUCENA (MALVEIRA) - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: -----

--- Presente a Informação Interno/2017/1442, elaborada na Área de Contratação, em 25 de janeiro de 2017, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, de 27 de janeiro, devidamente instruída com a minuta do contrato relativo à empreitada de "Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo Professor Armando Lucena (Malveira)", onde se encontra ínsito o despacho datado de 25 de janeiro de 2017, do Senhor Presidente, de aprovação da minuta (anexo III). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho exarado, em 25 de janeiro de 2017, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, que aprovou a minuta do contrato referente à empreitada de "Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo Professor Armando Lucena (Malveira)". -----

--- 1.3. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA (ENGENHARIA CIVIL, SOLICITADORIA, ENGENHARIA AMBIENTAL E ÁREA DE CULTURA) - RATIFICAÇÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO: -----

--- Presentes, em anexo, as informações Interno/2017/1384, 1385, 1386 elaboradas pela área de Contratação Pública e Aprovisionamento em 25 de janeiro e informação Interno/2017/1607 elaborada pela referida área a 31 de janeiro, que mereceram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da

ATA DA REUNIÃO DE 03.02.2017

Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças e os despachos de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datados de 25 de janeiro e 31 de janeiro, bem como os despachos do Sr. Presidente da Câmara Municipal, exarados nas referidas datas, pelos quais emite o parecer prévio vinculativo para as contratações elencadas (anexo IV). -----

-- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, face ao teor dos despachos em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, ratificar os despachos do Presidente da Câmara Municipal, exarados a 25 de janeiro e 31 de janeiro, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa na contratação dos serviços que supram as necessidades elencadas, por se encontrarem observados os requisitos previstos nos artigos 49.º e 51.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. -----

--- **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO**

SOCIOECONÓMICO: -----

--- **2.1. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/1115, datada de 30 de janeiro de 2017, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Turismo, Cultura e Desporto, e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, na mesma data, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Batalha Fernandes, exarado em 31 de janeiro do corrente ano, devidamente instruída com a Informação de Cabimento n.º 533 (anexo V). -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores Sérgio Santos e Renato Santos do PS e do Senhor Presidente, e as abstenções da Vereadora Antonieta Lourenço do PS e do Vereador Eduardo Baptista da CDU, nos termos das disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas o) e u) do n.º 1 do

4

artigo 33.º, todas do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a atribuição de um subsídio, no valor de € 1.200,00 (mil e duzentos euros), à Irmandade do Santíssimo Sacramento, para a realização das quatro procissões da Quaresma na vila de Mafra no ano de 2017: Senhor dos Passos, Terceiros, Burrinha e Enterro. -----

--- 2.2. COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES PARA AS FÉRIAS (CRI)ATIVAS NA INTERRUPTÃO LETIVA DA PÁSCOA E DO VERÃO DE 2017: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/1600, elaborada, em 30 de janeiro de 2017, na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 30 de janeiro do corrente ano, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, exarado na mesma data (anexo VI). -----

--- Atenta à informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea e) do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar os valores de inscrição no projeto "Férias (Cri) Ativas na interrupção letiva da Páscoa" nos montantes seguintes: 1.ª semana - € 21,00 (vinte e um euros); 2.ª semana - € 28,00 (vinte e oito euros); e 3ª semana - € 14,00 (catorze euros), com refeição (almoço e dois lanches), e o valor de inscrição no projeto "Férias (Cri)Ativas no verão", no montante de € 35,00 (trinta e cinco euros) por semana, com refeição (almoço e dois lanches). Mais deliberou, nos termos da mesma disposição legal, conceder descontos ao referido valor no caso de existirem irmãos inscritos, em simultâneo, nas atividades na interrupção letiva e, ou, nas Férias (Cri)Ativas", em concreto, o desconto de 20% no segundo educando inscrito e de 100% no terceiro educando e seguintes, bem como que, ao abrigo do Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mafra, os jovens integrados em agregados familiares, caracterizados por uma situação económica de carência, beneficiem de uma comparticipação total ou parcial, do valor de inscrição, decorrente de atendimento social a ser efetuado. Deliberou, ainda, que as desistências dos participantes sejam efetuadas, por escrito, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, não havendo lugar a restituição de qualquer importância paga em caso de incumprimento do prazo. Mais deliberou que, no caso de ausência por motivo de doença superior a 3 (três) dias, a mesma seja justificada por escrito e exibida declaração médica, sendo

ATA DA REUNIÃO DE 03.02.2017

aplicável, neste caso, o desconto de 19% por cada dia de ausência a indicar sobre o valor total da inscrição. -----

--- 2.3. PROJETO "JORNADAS DA JUVENTUDE 2017" - VALOR DE INGRESSO E INSCRIÇÃO: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/201/1609, elaborada, em 30 de janeiro de 2017, na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 30 de janeiro do corrente ano, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, exarado na mesma data (anexo VII). -----


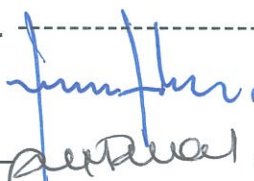
--- Atenta à informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, no uso da sua competência prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, fixar o preço de inscrição, individual, nas atividades a desenvolver no âmbito do Projeto "Jornadas da Juventude", nos termos plasmados na referida informação. -----

--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- ENCERRAMENTO: -----

--- Quando eram dez horas e quarenta minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

008

pu

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE
COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 12 a 25 de janeiro 2017.

Mafra, 26 de janeiro de 2017.

O Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

anexo I

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	125/2012	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2016/11/10	2017/01/19	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	CARLOS SOARES AZENHA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM FEITEIRAS
OP	258/2015	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/01/09	2017/01/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ELSA MARINA CARDOSO FRANCO SOARES	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE RESTAURANTE RUA PRINCIPAL, N.ºS 10, 10A E 10B - ERVIDEIRA
P	7/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2016/12/30	2017/01/23	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	FALÉSIA FAVORITA, LDA	CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E EDIFÍCIOS DE APOIO AVESSADA-ERICEIRA
RO	34/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/09/13	2017/01/25	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	FILOMENA MARIA CARREIRA	LEGALIZAÇÃO DE MURO DE SUPORTE TRAVESSA DOS SILVAIS - RIBEIRADAS
OP	348/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/12/23	2017/01/16	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	FIRMINO BERNARDINO ALVES	LEGALIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO SUPERFICIAL DE APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS RUA VIA CAMPINAS, N.º 14 - JERUMELO
OP	163/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2016/12/23	2017/01/19	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	HELENA MARIA ANTUNES DA SILVA	AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR MONTE BOM
RO	20/2016	PROJETO DE ARQUITETURA	2016/12/02	2017/01/12	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	JOÃO TIAGO RIBAS MARTINS	LEGALIZAÇÃO DE MUROS RUA DA BRISA - VALE CASAL
OP	105/2014	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2015/10/29	2017/01/13	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA LUÍSA DA SILVA BASÍLIO	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR TRAVESSA DA AVÓ-CASAL DO OUTEIRO-MAFRA
OP	23/2012	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2016/12/30	2017/01/13	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIO MANUEL DOS SANTOS DA SILVA GUILHERME	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E DESTAQUE RUA DO POMAR, N.º 15-A-DA-PERRA
OP	84/2015	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2017/01/13	2017/01/25	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MÁRIO RUI ACÚRCIO CIPRIANO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM ANEXO RUA COMENDADOR JOSÉ NORONHA GORJÃO, N.º 8-MAFRA
OP	173/2012	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2016/11/21	2017/01/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ORLANDO TEODORO RIBEIRO	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ARRECADAÇÃO PARA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR ABOBOREIRA
OP	293/2015	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2016/12/29	2017/01/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PEDRO MIGUEL FAISCA DA SILVA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO RUA CHAOS DA RELVA, N.º 5-SOBREIRO
OP	332/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/12/05	2017/01/12	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	RAMIRO FAUSTINO DOS SANTOS	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE TELHEIRO RUA DA LAPA, N.º 7 - ROGEL
OP	284/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2016/12/27	2017/01/13	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	X-URBE-LOTEAMENTOS E URBANIZAÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, GARAGEM, ARRUMOS E MUROS PRACETA DOS COMARELOS, LOTE 3-BALEIA

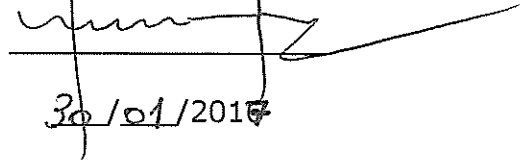
000



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Licenciamentos Diversos

010
pi.

Tomei conhecimento.
À Reunião
O Presidente da Câmara,


30/01/2017


INFORMAÇÃO

Ao abrigo dos despachos n.ºs 49/2013-PCM de 21.10.2013 e 79/2013-PCM de 02/12/2013, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, no dia 20 de janeiro de 2017, ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

Licença de recinto improvisado	1
Licença especial de ruído	1

Mafra, 26 de janeiro de 2017

O Vereador,



(Hugo Moreira Luís)

anexo II

RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA

SR. VEREADOR HUGO MOREIRA LUIS

20/01/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO	ISENTO	DEFERIDO
20/01/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO	ISENTO	DEFERIDO

1

21





11

012

PM

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos****PARECER****DESPACHO**

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

*concesso com a presente
informação.**27,1,2017*

O(A) Diretor(a) de Departamento,

aviso

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

*A reunião.**31,01,17*

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/1442

ASSUNTO: Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo Professor Armando Lucena (Malveira) - Ratificação do despacho de aprovação da minuta do contrato

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.

Considerando que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara, em 25 de janeiro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou a minuta do contrato da empreitada identificada em epígrafe.

Considerando que tal despacho fica sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

Propõe-se o agendamento, para deliberação do Órgão Executivo, da ratificação do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, através do qual foi aprovada a minuta do contrato relativo à empreitada de "Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo Professor Armando Lucena (Malveira)"

À consideração superior.

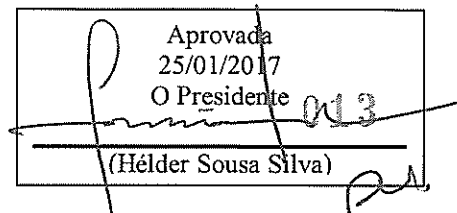
Mafra, 25 de janeiro de 2017

A Assistente Técnica

(Isabel Miranda)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA



CONTRATO N.º ____/2017

"REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2.º E 3.º CICLO PROFESSOR ARMANDO LUCENA (MALVEIRA)"

--- Aos ____ dias do mês de ____ do ano dois mil e dezassete, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE**: MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE**: AECI – ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., com sede na Rua da Carreira, n.º 1 – Lugar de Rólia, 2665-375 Milharado MFR, pessoa coletiva número 506294390, a que corresponde o número de registo na Conservatória do Registo Comercial de Mafra, representada no presente ato pelo Presidente do Conselho de Administração Ricardo Manuel Rodrigues Batalha, portador do cartão de cidadão número 09761398 3ZY8, válido até 28.06.2021 e

CONTRATO N.º ____/2017

"REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2.º E 3.º CICLO PROFESSOR ARMANDO LUCENA (MALVEIRA)"

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef. 261 810 182 • Fax 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

contribuinte número 166615005, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.^a - O presente contrato tem por objeto a realização da empreitada de **"REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2.º E 3.º CICLO PROFESSOR ARMANDO LUCENA (MALVEIRA)"** para o primeiro contraente, na sequência do concurso público efetuado nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

CLÁUSULA 2.^a – **a)** A empreitada a realizar no âmbito do presente contrato tem o prazo de execução de cento e quinze dias nos termos do caderno de encargos; **b)** O prazo de caução é o estabelecido na cláusula 37.^a do caderno de encargos; **c)** O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

CLÁUSULA 3.^a – **a)** O preço contratual é de dois milhões oitenta e seis mil quatrocentos e noventa e nove euros e sessenta e seis cêntimos, sendo um milhão novecentos e sessenta e oito mil trezentos e noventa e cinco euros e noventa e um cêntimos referentes ao valor da empreitada e cento e dezoito mil cento e três euros e setenta e cinco cêntimos relativos ao valor do IVA; **b)** O pagamento do encargo previsto anteriormente será efetuado após o Visto do Tribunal de Contas e de harmonia com a proposta, a cujo exato cumprimento o segundo outorgante se obriga e caderno de encargos; **c)** A revisão de preços é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula mencionada na cláusula 30.^a do caderno de encargos.

CONTRATO N.º ____/2017

"REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2.º E 3.º CICLO PROFESSOR ARMANDO LUCENA (MALVEIRA)"



014

pu

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CLÁUSULA 4.^a – a) Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; **b)** O procedimento do concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho proferido pelo Senhor Presidente, em onze de novembro de dois mil e dezasseis, ratificado em reunião do Executivo Municipal, realizada em vinte e cinco de novembro de dois mil e dezasseis; **c)** A empreitada objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho proferido pelo Senhor Presidente em treze de janeiro de dois mil e dezassete, ratificado em reunião do Executivo Municipal, realizada em vinte de janeiro deste mesmo ano; **d)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada pelo Senhor Presidente _____.

CLÁUSULA 5.^a – O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – capítulo zero quatro zero três; classificação económica – capítulo zero sete grupo zero um artigo zero três alínea zero cinco, cuja dotação global para o presente ano económico é de dois milhões quinhentos e oitenta e um mil trezentos e oitenta euros, e o saldo disponível é dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil trezentos e seis euros e noventa e seis cêntimos, conforme informação de compromisso n.º 2017/287, datada de 2017/01/13.

CLÁUSULA 6.^a – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, através de seguro caução apólice n.º 100017693/200, emitida em dezoito de janeiro de dois mil e dezassete, pela COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A., com sede na Av. da República, n.º 58, 1069-057 Lisboa, no valor de noventa e oito mil quatrocentos e dezanove euros e oitenta cêntimos, correspondente a cinco por cento do valor da empreitada, com exclusão do IVA.

CONTRATO N.º ____/2017

“REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2.º E 3.º CICLO PROFESSOR ARMANDO LUCENA (MALVEIRA)”



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CLÁUSULA 7.^a - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.^a - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.^a - Em tudo o omissso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 10.^a - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

- a) Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em seis de outubro de dois mil e dezasseis, pelo Serviço Segurança Social Direta;
- b) Certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante a Fazenda Pública, emitida em vinte e seis de dezembro de dois mil e dezasseis, pelo Serviço de Finanças de Mafra;
- c) Certidão Permanente do Registo Comercial subscrita em vinte e três de fevereiro de dois mil e dez e válida até vinte e três de fevereiro de dois mil e dezassete;

CONTRATO N.º __/2017

"REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2.º E 3.º CICLO PROFESSOR ARMANDO LUCENA (MALVEIRA)"



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

015

d) Certificados do Registo Criminal da empresa e dos órgãos sociais do conselho de administração, Ricardo Manuel Rodrigues Batalha, Noémia Carreira Fernandes Batalha e Ruben Daniel Carreira Batalha, todos datados de doze de janeiro de dois mil e dezassete, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL	506294390		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IA03	Tabela de Taxas - art.º 1.º n.º 1.11 (€1,84 por cada página de contrato)		
420104			
	TOTAL		

CONTRATO N.º ____/2017

"REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2.º E 3.º CICLO PROFESSOR ARMANDO LUCENA (MALVEIRA)"



13

016
a**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo com o teor da informação. À consideração superior a obtenção do parecer prévio vinculativo e abertura de procedimento nos termos elencados.

25/1/2017

A Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças.

(Ana Viana)

Concordo. À consideração superior a obtenção do devido parecer prévio e despacho de abertura.

25/01/2017

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património.

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Concordo. Emito, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa na contratação dos serviços que supram as necessidades em apreço, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro e por se encontrarem observados os requisitos previstos nos artigos 49.º e 51.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, o parecer prévio vinculativo para a contratação em apreço, bem como, determino a abertura de procedimento por Ajuste Direto Regime Simplificado nos termos do artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a **“Prestação de Serviços em Regime de Avença – Engenharia Civil”**, conforme proposto e termos elencados pelos serviços.

À Câmara para ratificação da decisão de emissão do parecer prévio vinculativo.

25/01/17

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/1385

ASSUNTO: “Prestação de Serviços em Regime de Avença – Engenharia Civil” - Parecer Prévio Vinculativo / Despacho de Abertura

Atenta a Informação **Interno/2017/673**, e conjunto de elementos constantes da distribuição **EDOC/2017/810**, exarada pela **Divisão de Recursos Humanos**, em que elencam um conjunto de considerandos, sobre o volume de tarefas da competência do Departamento de Obras e Urbanismo, nomeadamente ao nível da elaboração de projetos de especialidade e necessidade de acompanhamento especializado no sentido de garantir que os projetos até agora desenvolvidos, cumprem com todos os requisitos técnicos, torna-



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

se necessário, nesta fase, não existindo, na área em apreço, ou no seio do quadro dos colaboradores da autarquia, pessoal técnico especializado em suficiente número, garantir a prossecução das ditas, o que remete para a necessidade da contratação da prestação de serviços na área da Engenharia Civil e assim a necessidade de despoletar o devido procedimento concursal nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a “**Prestação de Serviços em Regime de Avença – Engenharia Civil**”, considerando para o efeito um preço base de **3.000,00€ (três mil euros)** acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

A aquisição de serviços é, mais uma vez, objeto de regulação no Orçamento de Estado para 2017 (Lei 42/2016, de 28 de dezembro), pelo que há que verificar se todos os requisitos de que a mesma depende, se encontram observados.

Assim, e como requisitos comuns a todo o tipo de prestação de serviços, estabelece o artigo 49.º que os encargos globais com contratos de aquisição de serviços (com exceção dos contratos cofinanciados) não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016, o que, tal como consta da informação proveniente do Serviço de Contabilidade para a qual se remete, se encontra observado.

Estabelece o n.º 2 do artigo em análise que os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016, o que, no caso em apreço se encontra igualmente observado na medida em que a prestação de serviços de idêntico objeto existente em 2016, titulada pelo contrato n.º **123/2016** previa o pagamento mensal de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), valor que é idêntico ao que se propõe agora contratar.

Já no que diz respeito à contratação de serviços na modalidade de tarefa e avença, tal possibilidade fica, de acordo com o prescrito no artigo 51.º da LOE, dependente da emissão de parecer prévio vinculativo, o qual verificará, no caso das autarquias locais, o carácter não subordinado da prestação, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer



017

*PM***CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**

modalidade de relação jurídica de emprego público e a emissão de declaração de cabimentação orçamental¹.

Ora a prestação de serviços pretendida configura, pela sua própria natureza e características, execução de trabalho não subordinado e foi garantido o devido cabimento (conforme informação de cabimento n.º 367), pelo que estão reunidos os requisitos de que depende a emissão do parecer prévio vinculativo para a contratação pretendida.

No que diz respeito à competência para emissão do referido parecer e contrariamente ao que se encontrava regulado em 2016 e nos anos anteriores, não está, ressalvando melhor entendimento, definido qual o órgão competente para a sua emissão. Na verdade, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 51.º, por remissão operada pelo número 7, o parecer prévio vinculativo é da responsabilidade dos *"respetivos órgãos de governo próprios"*.

Pese embora a indefinição legal do órgão competente, entende a CCDR Norte² que o órgão competente para a emissão do parecer prévio vinculativo é o órgão executivo, transcrevendo-se, a este propósito, a posição da referida comissão, no documento que descreve as principais novidades e alterações legislativas introduzidas pela Lei do Orçamento de estado de 2017:

"10. Contratos de aquisição de serviços (art.º 49, 50 e 51)

...

f) A exigência de parecer prévio vinculativo nos termos consagrados nas anteriores Leis de Orçamento de Estado fica limitada à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços nas modalidades de tarefa e avença, sendo a sua emissão, nas autarquias locais da competência do órgão executivo (artigo 51.º)".

Ora considerando a urgência manifestada pelo serviço requisitante na contratação em apreço e atento o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de

¹ Continua a não ser aplicável a verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação de acordo com a solução jurídica uniforme alcançada em sede de Reunião de Coordenação Jurídica de 15 de maio de 2014, homologada pelo Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho de 2014, na medida em que, no Município, não foi iniciado nenhum processo de requalificação e inexistente lista nominativa de trabalhadores colocados em situação de requalificação

² In Flash Jurídico Janeiro de 2017, na página web – Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o orçamento de estado para 2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

setembro, propõe-se que o parecer prévio seja emitido pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, sujeitando tal decisão a ratificação na próxima reunião do órgão executivo.

Propõe-se, **ainda** que se proceda à abertura de procedimento Ajuste Direto Regime Simplificado nos termos do artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a “**Prestação de Serviços em Regime de Avença – Engenharia Civil**”, conforme peças procedimentais em anexo, nos seguintes termos:

1. Preço Base: Considerar como preço base, para o procedimento supramencionado um valor total de **3.000,00€ (três mil euros)** acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor;
2. Prazo para a prestação do serviço: 4 meses
3. Prazo para a apresentação das propostas: 2 (dois) dias.
4. Dever-se-á convidar a apresentar proposta, de acordo com o proposto pelos serviços, a seguinte entidade:

- ✓ **Pedro Miguel Xavier Caroco Prata Ribeiro** (NIF:230 204 350), Engenheiro Civil, com domicílio na Avenida Dr. José Augusto Oliveira Cristóvão n.º 17, 1º B Mafra, 2640-399 Mafra/ e-mail: pedro.prata.ribeiro@gmail.com

Pelo que, se submete à consideração superior a abertura de procedimento nos termos elencados.

2017 / 01 / 25

O Técnico Superior

(Vasco Mota)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0301	DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO				
Classificação Económica	010107	Remunerações Certas e Permanentes Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença				
Classificação Funcional						
N.º Rubrica do Plano						
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	10.000,00				
2	Reforços / Anulações					
3	Congel. / Descongela. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	10.000,00				
5	Encargos Assumidos (a)	3.000,00				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	7.000,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	3.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	4.000,00				

Data: 2017/01/20 Numero de lançamento no diário do orçamento: 1757

Proposta de Cabimento n.º 2017/367

AJUSTE DIRECTO-REG.SIMPLIF,Nº1,ARTº128 -CCP- SERVIÇOS - CONFORME O PEDIDO DE AQUISIÇÃO N. 102/2017

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do art.º 49.º da Lei 42/2016 de 28 de dezembro informa-se que o valor cabimentado até ao momento no que concerne à aquisição de serviços,(não cofinanciados), cumpre o exigido em tal clausulado.

- MILENE VIEIRA EDOC/2017/810

DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO
2017.01.30 17:16:06 Z



019

P1

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Recursos Humanos****INFORMAÇÃO Interno/2017/673**

ASSUNTO: Proposta de prestação de serviços – na área de Engenharia Civil

Na sequência da informação Interno/2017/238, subscrita pelo Chefe da Divisão de Planeamento Território e Gestão Urbanística, Arq.º Pedro Martins, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, solicitando a celebração de uma prestação de serviço na modalidade de avença, com um técnico na área da Engenharia Civil, pelo período 4 meses com início a 09 de janeiro de 2017, informa-se que:

Nos termos do artigo 32º da Lei n.º 35/2014, de 20.06, conjugado com o artigo 49º e 51º da Lei n.º 42/2016, de 28.12, a celebração de contratos de tarefa e avença apenas pode ter lugar quando:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público;
- Observação do regime legal de aquisição de serviços;
- Comprovação de que o prestador de serviços tem a sua situação regularizada perante a segurança social e a administração tributária;
- Parecer prévio vinculativo do presidente do órgão executivo;
- A celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao órgão executivo;
- Declaração de cabimento orçamental;
- Os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

- Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar:

a) Os valores pagos em 2016, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou

b) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos valores pagos em 2016.

No caso em apreço estão observados os requisitos acima enunciados.

Na verdade, trata-se de uma prestação de serviços que não consubstancia trabalho subordinado, não havendo qualquer hierarquia disciplinar entre as partes nem a sujeição o horário de trabalho.

Por outro lado, no procedimento a ser seguido, irá ser observado, como se demonstrará infra, o regime legal de aquisição de serviços, através da sujeição do procedimento às regras constantes do Código da Contratação Pública, sendo verificado, no âmbito do mesmo, que o prestador de serviços a contratar tem a sua situação regularizada perante a segurança social e a administração tributária. A despesa, por não configurar um compromisso plurianual, não carece de autorização da Assembleia Municipal, e os encargos financeiros a suportar com a contratação estão inscritos na rubrica orçamental número 0301/010107.

Face ao exposto, solicita-se do Sr. Presidente o parecer prévio vinculativo e proponho a adoção de procedimento por Ajuste Direto nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 20.º e 128º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação para a aquisição de serviços de apoio técnico, na modalidade de avença, pelo preço base correspondente a uma prestação mensal de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) e pelo prazo de 4 meses, com efeitos a 09.01.2017.



020

pu

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Recursos Humanos**

Para o efeito propõe-se o envio de convite a:

❖ **Pedro Miguel Xavier Caroco Prata Ribeiro** (NIF:230 204 350),
Engenheiro Civil, com domicílio na Avenida Dr. José Augusto Oliveira
Cristóvão n.º 17, 1º B Mafra, 2640-399 Mafra/ e-mail:
pedro.prata.ribeiro@gmail.com.

À consideração Superior,

Mafra, 12 de janeiro de 2017

A Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Milene Leitão Vieira



021
P

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

INFORMAÇÃO Interno/2017/238

ASSUNTO: Proposta para contratação de um técnico na área de Engenharia Civil

Os serviços técnicos desta Câmara Municipal têm ao longo dos últimos tempos desenvolvido um vasto conjunto de projetos de Obras Municipais, quer ao nível da reabilitação de edifícios existentes, da edificação de novos edifícios, ou de arranjos exteriores para inúmeras áreas do concelho.

Os projetos de arquitetura ou de arquitetura paisagística têm sido elaborados por técnicos desta Divisão, no entanto, têm surgido inúmeras dificuldades na elaboração dos respetivos projetos de especialidade, dada a escassez de recursos humanos com habilitações na área da Engenharia Civil afetos a esta unidade orgânica.

Nesse sentido, e, atendendo ao elevado volume de solicitações no que se refere à elaboração de projetos de especialidades, afigura-se imprescindível, nesta fase, garantir que os projetos desenvolvidos e a desenvolver, cumpram as normas legais e regulamentares aplicáveis, situação que ocorrerá através do acompanhamento técnico, por um Engenheiro Civil.

Pretende-se, assim, que o referido consultor, acompanhe o desenvolvimento dos projetos de obras municipais que se encontram em curso, principalmente ao nível das especialidades (estabilidade, água domésticas, esgotos domésticos e águas pluviais), e, simultaneamente colaborar na análise e informação de processos de obras particulares.

Em face do exposto, proponho a celebração de uma prestação de serviços na modalidade de avença, com um Engenheiro Civil, no período de 4 meses com início a 9 de janeiro de 2017.

À Consideração superior,

Mafra, 4 de janeiro de 2017.

X/

Pedro Martins
Chefe de Divisão



022

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo com o teor da informação. À consideração superior a obtenção do parecer prévio vinculativo e abertura de procedimento nos termos elencados.

25 / 1 / 2017

A Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças.

(Ana Viana)

Concordo. À consideração superior a obtenção do devido parecer prévio e despacho de abertura.

25 / 01 / 2017

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património.

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Concordo. Emito, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa na contratação dos serviços que supram as necessidades em apreço, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro e por se encontrarem observados os requisitos previstos nos artigos 49.º e 51.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, o parecer prévio vinculativo para a contratação em apreço, bem como, determino a abertura de procedimento por Ajuste Direto Regime Simplificado nos termos do artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a **“Prestação de Serviços em Regime de Avença – Solicitadoria”**, conforme proposto e termos elencados pelos serviços.

À Câmara para ratificação da decisão de emissão do parecer prévio vinculativo.

25, 01, 17

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/1384

ASSUNTO: “Prestação de Serviços em Regime de Avença – Solicitadoria” - - Parecer Prévio Vinculativo / Despacho de Abertura

Atenta a Informação **Interno/2017/824**, e conjunto de elementos constantes da distribuição **EDOC/2017/1194**, exarada pela **Divisão de Recursos Humanos**, que elencam um conjunto de tarefas da competência da área do Património para as quais não existindo, na área em apreço, ou no seio do quadro dos colaboradores da autarquia, pessoal técnico especializado no desempenho das mesmas, nomeadamente atenta a



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

complexidade do Direito Registral, remetem para a necessidade da contratação da prestação de serviços na área da solicitadoria e assim a necessidade de despoletar o devido procedimento concursal nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a **“Prestação de Serviços em Regime de Avença – Solicitoria”**, considerando para o efeito um preço base de **3.000,00€ (três mil euros)** acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

A aquisição de serviços é, mais uma vez, objeto de regulação no Orçamento de Estado para 2017 (Lei 42/2016, de 28 de dezembro), pelo que há que verificar se todos os requisitos de que a mesma depende, se encontram observados.

Assim, e como requisitos comuns a todo o tipo de prestação de serviços, estabelece o artigo 49.º que os encargos globais com contratos de aquisição de serviços (com exceção dos contratos cofinanciados) não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016, o que, tal como consta da informação proveniente do Serviço de Contabilidade para a qual se remete, se encontra observado.

Estabelece o n.º 2 do artigo em análise que os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016, o que, no caso em apreço se encontra igualmente observado na medida em que a prestação de serviços de idêntico objeto existente em 2016, titulada pelo contrato n.º **122/2016**, previa o pagamento mensal de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), valor que é idêntico ao que se propõe agora contratar.

Já no que diz respeito à contratação de serviços na modalidade de tarefa e avença, tal possibilidade fica, de acordo com o prescrito no artigo 51.º da LOE, dependente da emissão de parecer prévio vinculativo, o qual verificará, no caso das autarquias locais, o caráter não subordinado da prestação, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e a emissão de declaração de cabimentação orçamental¹.

¹ Continua a não ser aplicável a verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação de acordo com a solução jurídica uniforme alcançada em sede de Reunião de Coordenação Jurídica de 15 de maio de 2014, homologada pelo Secretário de Estado da

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**

Ora a prestação de serviços pretendida configura, pela sua própria natureza e características, execução de trabalho não subordinado e foi garantido o devido cabimento (conforme informação de cabimento n.º 414), pelo que estão reunidos os requisitos de que depende a emissão do parecer prévio vinculativo para a contratação pretendida.

No que diz respeito à competência para emissão do referido parecer e contrariamente ao que se encontrava regulado em 2016 e nos anos anteriores, não está, ressaltando melhor entendimento, definido qual o órgão competente para a sua emissão. Na verdade, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 51.º, por remissão operada pelo número 7, o parecer prévio vinculativo é da responsabilidade dos *"respetivos órgãos de governo próprios"*.

Pese embora a indefinição legal do órgão competente, entende a CCDR Norte² que o órgão competente para a emissão do parecer prévio vinculativo é o órgão executivo, transcrevendo-se, a este propósito, a posição da referida comissão, no documento que descreve as principais novidades e alterações legislativas introduzidas pela Lei do Orçamento de estado de 2017:

"10. Contratos de aquisição de serviços (art.º 49, 50 e 51)

...

f) A exigência de parecer prévio vinculativo nos termos consagrados nas anteriores Leis de Orçamento de Estado fica limitada à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços nas modalidades de tarefa e avença, sendo a sua emissão, nas autarquias locais da competência do órgão executivo (artigo 51.º)".

Ora considerando a urgência manifestada pelo serviço requisitante na contratação em apreço e atento o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que o parecer prévio seja emitido pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, sujeitando tal decisão a ratificação na próxima reunião do órgão executivo.

Administração Local em 15 de julho de 2014, na medida em que, no Município, não foi iniciado nenhum processo de requalificação e inexistia lista nominativa de trabalhadores colocados em situação de requalificação

² In Flash Jurídico Janeiro de 2017, na página web – Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o orçamento de estado para 2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Propõe-se, **ainda** que se proceda à abertura de procedimento Ajuste Direto Regime Simplificado nos termos do artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a “**Prestação de Serviços em Regime de Avença – Solicitadoria**”, conforme peças procedimentais em anexo, nos seguintes termos:

1. Preço Base: Considerar como preço base, para o procedimento supramencionado um valor total de **3.000,00€ (três mil euros)** acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor;
2. Prazo para a prestação do serviço: 4 meses
3. Prazo para a apresentação das propostas: 2 (dois) dias.
4. Dever-se-á convidar a apresentar proposta, de acordo com o proposto pelos serviços, a seguinte entidade:

✓ **Vânia Patricia Miranda Souto** (NIF:243 105 304), Solicitadora, com domicílio na Rua do Picoto – Granja de Baixo, n.º 35, 3810-821 Oliveirinha/ e-mail: v.mirandasouto@gmail.com

Pelo que, se submete à consideração superior a abertura de procedimento nos termos elencados.

2017, 09, 25

O Técnico Superior

(Vasco Mota)



INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL				
Classificação Económica	010107	Remunerações Certas e Permanentes Pessoa em Regime de Tarefa ou Avença				
Classificação Funcional						
N.º Rubrica do Plano						
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	17.750,00				
2	Reforços / Anulações	20.000,00				
3	Congel. / Descongela. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	37.750,00				
5	Encargos Assumidos (a)	25.123,52				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	12.626,48				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	3.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	9.626,48				

Data: 2017/01/20 Numero de lançamento no diário do orçamento: 1755

Proposta de Cabimento n.º 2017/414

AJUSTE DIRECTO - A), N.º 1, ART.º 20º - SERVIÇOS - CONFORME O PEDIDO DE AQUISIÇÃO N. 120/2017-Para efeitos do estipulado no n.º 1 do art.º 49.º da Lei 42/2016 de 28 de dezembro informa-se que o valor cabimentado até ao momento no que concerne à aquisição de serviços,(não cofinanciados), cumpre o exigido em tal clausulado.

- MILENE VIEIRA EDOC/2017/824

DULCE MARIA DUARTE
LOURENÇO
2017.01.30 17:16:31 Z

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Recursos Humanos****INFORMAÇÃO Interno/2017/824**

ASSUNTO: Proposta de Prestação de Serviços - na área de Solicitadoria

Na sequência da informação interna 2017/359, subscrita pela Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, Dr.^a Dulce Lourenço, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, solicitando a celebração de uma prestação serviço na modalidade de avença, com um técnico na área de Solicitadoria, pelo período 4 meses com início a 9 de janeiro de 2017 e término a 8 de maio de 2017, informa-se que:

Nos termos do artigo 32º da Lei n.º 35/2014, de 20.06, conjugado com os artigos 49º e 51º da Lei n.º 42/2016, de 28.12, a celebração de contratos de tarefa e avença apenas pode ter lugar quando:

- a) Se trate de execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público;
- b) Observação do regime legal de aquisição de serviços;
- c) Comprovação de que o prestador de serviços tem a sua situação regularizada perante a segurança social e a administração tributária;
- d) Parecer prévio vinculativo do presidente do órgão executivo;
- e) A celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao órgão executivo;
- f) Declaração de cabimento orçamental;
- g) Os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

h) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar:

a) Os valores pagos em 2016, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou

b) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos valores pagos em 2016.

Na verdade, trata-se de uma prestação de serviços que não consubstancia trabalho subordinado, não havendo qualquer hierarquia disciplinar entre as partes nem a sujeição a horário de trabalho.

Por outro lado, no procedimento a ser seguido, irá ser observado, como se demonstrará infra, o regime legal de aquisição de serviços, através da sujeição do procedimento às regras constantes do Código da Contratação Pública, sendo verificado, no âmbito do mesmo, que o prestador de serviços a contratar tem a sua situação regularizada perante a segurança social e a administração tributária. A despesa, por não configurar um compromisso plurianual, não carece de autorização da Assembleia Municipal, e os encargos financeiros a suportar com a contratação estão inscritos na rubrica orçamental número 0301/010107.

Face ao exposto, solicita-se do Sr. Presidente o parecer prévio vinculativo e proponho a adoção de procedimento por Ajuste Direto nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 20.º e 128º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação para a aquisição de serviços de apoio técnico, na modalidade de avença, pelo preço base correspondente a uma prestação mensal de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) e no período de 9 de janeiro de 2017 a 8 de maio de 2017.

Para o efeito propõe-se o envio de convite a:

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Recursos Humanos**

❖ **Vânia Patricia Miranda Souto** (NIF:243 105 304), Solicitadora, com domicílio na Rua do Picoto – Granja de Baixo, n.º 35, 3810-821 Oliveirinha/ e-mail: v.mirandasouto@gmail.com.

À consideração Superior,

Mafra, 13 de janeiro de 2017

A Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Milene Leitão Vieira



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
INFORMAÇÃO Interno/2017/359

ASSUNTO: Proposta para contratação de prestação de serviços na modalidade de avença

Considerando que:

- compete à área de Património, afeta à Divisão de Gestão de Financeira e Património, no âmbito da gestão e controlo patrimonial organizar e manter atualizado o inventário e cadastro dos bens móveis e imóveis do Município, nomeadamente, assegurar os procedimentos relativos a registos prediais e inscrições matriciais de todos os bens sujeitos a registos;
- importa assegurar a regularização de registos patrimoniais, do património imóvel do Município, junto do Serviço de Finanças e Conservatória do Registo Predial de Mafra, tarefa que dado o seu grande volume e complexidade (essencialmente de casos antigos), cerca de 30% do universo de bens imóveis está por regularizar, com o prejuízo que tal situação comporta;
- do referido universo, estão identificados 148 processos, com distribuições em SGD, pendentes de regularização de registos prediais;
- para regularizar registos prediais, são necessários conhecimentos técnicos na área e grande disponibilidade para análise de escrituras, descrições prediais e inscrições matriciais bem como deslocações aos serviços de Finanças e Conservatória, entre outros, que não se coaduna com as atividades diárias deste serviço;
- que no Município de Mafra, não existe pessoal técnico adequado ao desempenho das tarefas referidas, atenta a complexidade do Direito Registral;

Proponho, salvo melhor opinião que se proceda à contratação de uma prestação de serviços na modalidade de avença com um(a) Solicitador(a), por 4 meses, período que se prevê estarem reunidas análises técnicas com vista à prossecução de registos prediais a favor do Município de Mafra em processos antigos e de forma a assegurar as seguintes tarefas:

- diligências internas necessárias, de forma a reunir os elementos necessários aos registos prediais como: Levantamentos Topográficos, Plantas, Telas Finais, Viabilidades construtivas entre outros;
- Garantir a atualização dos prédios de domínio privado do Município de Mafra na Matriz Predial, no Serviço de Finanças;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

- atualização dos prédios de domínio privado do Município de Mafra na Descrição, no Serviço da Conservatória do Registo Predial;
- atualização da informação predial em Geo-Mafra SIG Municipal;
- Celebrar, gerir e controlar contratos de promessa de compra e venda;
- Promover a recolha de elementos necessários a escrituras e acompanhar o procedimento das mesmas.

Submete-se à consideração superior,

Paços do Município de Mafra, em 6 de janeiro de 2017

06/01/2017

X

Dulce Lourenço
Chefe da Divisão Gestão Financeira e Patrimó...
Assinado por: DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo com o teor da informação. À consideração superior a obtenção do parecer prévio vinculativo e abertura de procedimento nos termos elencados.

25/1/2017

A Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças.

(Ana Viana)

Concordo. À consideração superior a obtenção do devido parecer prévio e despacho de abertura.

25/01/2017

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património.

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Concordo. Emito, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa na contratação dos serviços que supram as necessidades em apreço, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro e por se encontrarem observados os requisitos previstos nos artigos 49.º e 51.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, o parecer prévio vinculativo para a contratação em apreço, bem como, determino a abertura de procedimento por Ajuste Direto Regime Simplificado nos termos do artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a **“Prestação de Serviços em Regime de Avença – Engenharia do Ambiente”**, conforme proposto e termos elencados pelos serviços.

À Câmara para ratificação da decisão de emissão do parecer prévio vinculativo.

25/01/17

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/1386

ASSUNTO: “Prestação de Serviços em Regime de Avença – Engenharia do Ambiente” - Parecer Prévio Vinculativo
/ Despacho de Abertura

Atenta a Informação **Interno/2017/676**, e conjunto de elementos constantes da distribuição **EDOC/2017/467**, exarada pela **Divisão de Recursos Humanos**, que elencam um conjunto de considerandos sobre o significativo aumento do nível de exigência em termos do cumprimento das disposições regulamentares relacionadas com as diversas temáticas de índole ambiental, acompanhados pelo significativo aumento populacional que o Município tem vindo a registar, e o esforço em garantir a mais adequada gestão no



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

âmbito dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), vincando que atendendo às especificidades normativas, torna-se, nesta fase, não existindo, na área em apreço, ou no seio do quadro dos colaboradores da autarquia, pessoal técnico especializado, o necessário o acompanhamento por profissional habilitado e assim a necessidade de despoletar o devido procedimento concursal nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a **“Prestação de Serviços em Regime de Avença – Engenharia do Ambiente”**, considerando para o efeito um preço base de **3.000,00€ (três mil euros)** acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

A aquisição de serviços é, mais uma vez, objeto de regulação no Orçamento de Estado para 2017 (Lei 42/2016, de 28 de dezembro), pelo que há que verificar se todos os requisitos de que a mesma depende, se encontram observados.

Assim, e como requisitos comuns a todo o tipo de prestação de serviços, estabelece o artigo 49.º que os encargos globais com contratos de aquisição de serviços (com exceção dos contratos cofinanciados) não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016, o que, tal como consta da informação proveniente do Serviço de Contabilidade para a qual se remete, se encontra observado.

Estabelece o n.º 2 do artigo em análise que os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016, o que, no caso em apreço se encontra igualmente observado na medida em que a prestação de serviços de idêntico objeto existente em 2016, titulada pelo contrato n.º **124/2016**, previa o pagamento mensal de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), valor que é idêntico ao que se propõe agora contratar.

Já no que diz respeito à contratação de serviços na modalidade de tarefa e avença, tal possibilidade fica, de acordo com o prescrito no artigo 51.º da LOE, dependente da emissão de parecer prévio vinculativo, o qual verificará, no caso das autarquias locais, o carácter não subordinado da prestação, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**

modalidade de relação jurídica de emprego público e a emissão de declaração de cabimentação orçamental¹.

Ora a prestação de serviços pretendida configura, pela sua própria natureza e características, execução de trabalho não subordinado e foi garantido o devido cabimento (conforme informação de cabimento n.º 366), pelo que estão reunidos os requisitos de que depende a emissão do parecer prévio vinculativo para a contratação pretendida.

No que diz respeito à competência para emissão do referido parecer e contrariamente ao que se encontrava regulado em 2016 e nos anos anteriores, não está, ressaltando melhor entendimento, definido qual o órgão competente para a sua emissão. Na verdade, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 51.º, por remissão operada pelo número 7, o parecer prévio vinculativo é da responsabilidade dos "respetivos órgãos de governo próprios".

Pese embora a indefinição legal do órgão competente, entende a CCDR Norte² que o órgão competente para a emissão do parecer prévio vinculativo é o órgão executivo, transcrevendo-se, a este propósito, a posição da referida comissão, no documento que descreve as principais novidades e alterações legislativas introduzidas pela Lei do Orçamento de estado de 2017:

"10. Contratos de aquisição de serviços (art.º 49, 50 e 51)

...

f) A exigência de parecer prévio vinculativo nos termos consagrados nas anteriores Leis de Orçamento de Estado fica limitada à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços nas modalidades de tarefa e avença, sendo a sua emissão, nas autarquias locais da competência do órgão executivo (artigo 51.º)".

Ora considerando a urgência manifestada pelo serviço requisitante na contratação em apreço e atento o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de

¹ Continua a não ser aplicável a verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação de acordo com a solução jurídica uniforme alcançada em sede de Reunião de Coordenação Jurídica de 15 de maio de 2014, homologada pelo Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho de 2014, na medida em que, no Município, não foi iniciado nenhum processo de requalificação e inexistente lista nominativa de trabalhadores colocados em situação de requalificação

² In Flash Jurídico Janeiro de 2017, na página web – Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o orçamento de estado para 2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

setembro, propõe-se que o parecer prévio seja emitido pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, sujeitando tal decisão a ratificação na próxima reunião do órgão executivo.

Propõe-se, **ainda** que se proceda à abertura de procedimento Ajuste Direto Regime Simplificado nos termos do artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a “**Prestação de Serviços em Regime de Avença – Engenharia do Ambiente**”, conforme peças procedimentais em anexo, nos seguintes termos:

1. Preço Base: Considerar como preço base, para o procedimento supramencionado um valor total de **3.000,00€ (três mil euros)** acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor;
2. Prazo para a prestação do serviço: 4 meses
3. Prazo para a apresentação das propostas: 2 (dois) dias.
4. Dever-se-á convidar a apresentar proposta, de acordo com o proposto pelos serviços, a seguinte entidade:

✓ **Ana Rita Mendes Martins** (NIF:229 903 193), Engenheiro do Ambiente, com domicílio na Rua Palmira Bastos n.º 6, Lote 4º D, Odivelas, 2675-628 Odivelas / e-mail: martins.ritamendes@gmail.com

Pelo que, se submete à consideração superior a abertura de procedimento nos termos elencados.

2017/01/25

O Técnico Superior

(Vasco Mota)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0301	DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO				
Classificação Económica	010107	Remunerações Certas e Permanentes Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença				
Classificação Funcional						
N.º Rubrica do Plano						
		Ano Corrente	2018	2019	2020	seguintes
1	Orçamento Inicial	10.000,00				
2	Reforços / Anulações					
3	Congel. / Descongela. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	10.000,00				
5	Encargos Assumidos (a)					
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	10.000,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	3.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	7.000,00				

Data: 2017/01/20 Numero de lançamento no diário do orçamento: 1756

Proposta de Cabimento n.º 2017/366

AJUSTE DIRECTO-REG.SIMPLIF,Nº1,ARTº128 -CCP- SERVIÇOS - CONFORME O PEDIDO DE AQUISIÇÃO N. 101/2017

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do art.º 49.º da Lei 42/2016 de 28 de dezembro informa-se que o valor cabimentado até ao momento no que concerne à aquisição de serviços,(não cofinanciados), cumpre o exigido em tal clausulado.

- MILENE VIEIRA EDOC/2017/467

DULCE MARIA DUARTE
LOURENÇO
2017.01.30 17:15:39 Z

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Recursos Humanos****INFORMAÇÃO Interno/2017/676**

ASSUNTO: Proposta de Prestação de Serviços - Engenheiro do Ambiente

Na sequência da informação interna 2017/75, subscrita pelo Chefe de Divisão do Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais, Dr.º Nuno Soares, sobre a qual recaiu o parecer de concordância do Diretor de Departamento do Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, Dr.º Bruno Miranda, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, solicitando a celebração de uma prestação serviço na modalidade de avença, com um técnico na área da Engenharia do Ambiente, no período de 9 de janeiro de 2017 a 30 de abril de 2017, informa-se que:

Nos termos do artigo 32º da Lei n.º 35/2014, de 20.06, conjugado com os artigos 49º e 51º da Lei n.º 42/2016, de 28.12, a celebração de contratos de tarefa e avença apenas pode ter lugar quando:

- a) Se trate de execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público;
- b) Observação do regime legal de aquisição de serviços;
- c) Comprovação de que o prestador de serviços tem a sua situação regularizada perante a segurança social e a administração tributária;
- d) Parecer prévio vinculativo do presidente do órgão executivo;
- e) A celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao órgão executivo;
- f) Declaração de cabimento orçamental;
- g) Os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos cofinanciados, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

h) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar:

a) Os valores pagos em 2016, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou

b) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos valores pagos em 2016.

Na verdade, trata-se de uma prestação de serviços que não consubstancia trabalho subordinado, não havendo qualquer hierarquia disciplinar entre as partes nem a sujeição a horário de trabalho.

Por outro lado, no procedimento a ser seguido, irá ser observado, como se demonstrará infra, o regime legal de aquisição de serviços, através da sujeição do procedimento às regras constantes do Código da Contratação Pública, sendo verificado, no âmbito do mesmo, que o prestador de serviços a contratar tem a sua situação regularizada perante a segurança social e a administração tributária. A despesa, por não configurar um compromisso plurianual, não carece de autorização da Assembleia Municipal, e os encargos financeiros a suportar com a contratação estão inscritos na rubrica orçamental número 0301/010107.

Face ao exposto, solicita-se do Sr. Presidente o parecer prévio vinculativo e proponho a adoção de procedimento por Ajuste Direto nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 20.º e 128º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação para a aquisição de serviços de apoio técnico, na modalidade de avença, pelo preço base correspondente a uma prestação mensal de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) e no período de 9 de janeiro de 2017 a 30 de abril de 2017.

Para o efeito propõe-se o envio de convite a:

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Recursos Humanos**

❖ **Ana Rita Mendes Martins** (NIF:229 903 193), Engenheiro do Ambiente,
com domicílio na Rua Palmira Bastos n.º 6, Lote 4º D, Odivelas, 2675-628
Odivelas / e-mail: martins.ritamendes@gmail.com.

À consideração Superior,
Mafra, 12 de janeiro de 2017

A Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Milene Leitão Vieira

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente****Núcleo de Apoio Técnico - DUOMA****INFORMAÇÃO RecHumanos/2017/75**

ASSUNTO: Proposta para contratação de 1 Técnico Superior na Área do Ambiente

A gestão adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) tem sido uma das principais preocupações das entidades com responsabilidade no sector, quer pelo volume em questão, quer pela sua importância na vida quotidiana.

Fruto, por um lado do significativo aumento do nível de exigência em termos do cumprimento das disposições regulamentares relacionadas com as diversas temáticas de índole ambiental, e, por outro do significativo aumento populacional que o Município tem vindo a registar, o esforço em áreas como a gestão de resíduos tem sido extremamente relevante.

Nesse sentido, e, atendendo às especificidades normativas, torna-se, nesta fase, necessário o acompanhamento técnico, por um Engenheiro do Ambiente.

Pretende-se que o referido, técnico, possa efetuar o acompanhamento dos procedimentos e atividades relativas à Gestão de Resíduos Urbanos, consubstanciado no Decreto-Lei N.º 178/2006, de 05/09, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei N.º 73/2011, de 17/06, e que constitui responsabilidade Municipal, bem como a restante legislação aplicável à gestão de fluxos específicos de resíduos, e ainda do conjunto de atividades de carácter técnico, administrativo e financeiro necessárias à deposição, recolha, transporte, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos, incluindo o planeamento e a fiscalização dessas operações, contribuindo assim diretamente para o aumento da capacidade de resposta do Município às constantes solicitações por parte dos munícipes em matéria de gestão de resíduos e outras temáticas de índole ambiental.

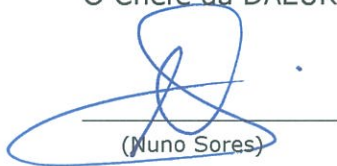
Em particular, nesta fase, pretende-se que, para além de prestar apoio no âmbito da revisão/adaptação do atual Regulamento sobre Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Higiene Pública do Município de Mafra em consonância com o DL N.º 194/2009, de 20/08, e, na recolha, tratamento e monitorização dos dados de base ao cálculo dos indicadores da Avaliação da Qualidade de Serviço prestado pelas entidades gestoras no âmbito da Gestão de Resíduos, o referido técnico acompanhe a implementação e monitorização das medidas previstas no Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos 2020 aprovado para o Município, visando o seu integral cumprimento.

Em face do exposto, proponho a celebração de uma prestação de serviços na modalidade de avença, com um Engenheiro do Ambiente, no período de 9 de janeiro de 2017 a 30 de abril de 2017.

À consideração do Sr Diretor do DUOMA.

Mafra, 3 de Janeiro de 2017,

O Chefe da DAEUR



(Nuno Sores)



Divisão de Gestão Financeira e Patrimônio

(Hélder Sousa Silva)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Desporto, que, considerando as comemorações do Tricentenário do lançamento da primeira pedra da Basílica do Palácio Nacional de Mafra, iniciadas no dia 17 de novembro de 2016, elencam um conjunto de tarefas da competência da referida Divisão, nomeadamente: concertos de música, exposições, conferências, espetáculos de rua, lançamento de livros, para as quais não existindo, na área em apreço, ou no seio do quadro dos colaboradores da autarquia, elementos que garantam uma colaboração ativa e eficaz para a organização, apoio e logística das ações programadas, remetem para a necessidade da contratação da prestação de serviços na área de cultura e assim a necessidade de despoletar o devido procedimento concursal nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a **“Prestação de Serviços em Regime de Avença – Área de Cultura”**, considerando para o efeito um preço base de **6.000,00€ (seis mil euros)** acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

A aquisição de serviços é, mais uma vez, objeto de regulação no Orçamento de Estado para 2017 (Lei 42/2016, de 28 de dezembro), pelo que há que verificar se todos os requisitos de que a mesma depende, se encontram observados.

Assim, e como requisitos comuns a todo o tipo de prestação de serviços, estabelece o artigo 49.º que os encargos globais com contratos de aquisição de serviços (com exceção dos contratos cofinanciados) não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016, o que, tal como consta da informação proveniente do Serviço de Contabilidade para a qual se remete, se encontra observado.

Estabelece o n.º 2 do artigo em análise que os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016, o que, no caso em apreço se encontra igualmente observado na medida em que a prestação de serviços de idêntico objeto existente em 2016, titulada por contrato de 9 de junho de 2003, previa o pagamento mensal de 1.470,03€ (mil quatrocentos e setenta euros e três cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, valor que é superior ao que se propõe agora contratar via procedimento ADBS 18/2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Já no que diz respeito à contratação de serviços na modalidade de tarefa e avença, tal possibilidade fica, de acordo com o prescrito no artigo 51.º da LOE, dependente da emissão de parecer prévio vinculativo, o qual verificará, no caso das autarquias locais, o carácter não subordinado da prestação, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e a emissão de declaração de cabimentação orçamental¹.

Ora a prestação de serviços pretendida configura, pela sua própria natureza e características, execução de trabalho não subordinado e foi garantido o devido cabimento (conforme informação de cabimento n.º **335**), pelo que estão reunidos os requisitos de que depende a emissão do parecer prévio vinculativo para a contratação pretendida.

No que diz respeito à competência para emissão do referido parecer e contrariamente ao que se encontrava regulado em 2016 e nos anos anteriores, não está, ressaltando melhor entendimento, definido qual o órgão competente para a sua emissão. Na verdade, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 51.º, por remissão operada pelo número 7, o parecer prévio vinculativo é da responsabilidade dos “*respetivos órgãos de governo próprios*”.

Pese embora a indefinição legal do órgão competente, entende a CCDR Norte² que o órgão competente para a emissão do parecer prévio vinculativo é o órgão executivo, transcrevendo-se, a este propósito, a posição da referida comissão, no documento que descreve as principais novidades e alterações legislativas introduzidas pela Lei do Orçamento de estado de 2017:

“10. Contratos de aquisição de serviços (art.º 49, 50 e 51)

...

f) A exigência de parecer prévio vinculativo nos termos consagrados nas anteriores Leis de Orçamento de Estado fica limitada à celebração ou renovação de contratos de aquisição de

¹ Continua a não ser aplicável a verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação de acordo com a solução jurídica uniforme alcançada em sede de Reunião de Coordenação Jurídica de 15 de maio de 2014, homologada pelo Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho de 2014, na medida em que, no Município, não foi iniciado nenhum processo de requalificação e inexistente lista nominativa de trabalhadores colocados em situação de requalificação

² In Flash Jurídico Janeiro de 2017, na página web – Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o orçamento de estado para 2017.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

serviços nas modalidades de tarefa e avença, sendo a sua emissão, nas autarquias locais da competência do órgão executivo (artigo 51.º)“.

Ora considerando a urgência manifestada pelo serviço requisitante na contratação em apreço e atento o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que o parecer prévio seja emitido pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, sujeitando tal decisão a ratificação na próxima reunião do órgão executivo.

Propõe-se, **ainda** que se proceda à abertura de procedimento Ajuste Direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a “**Prestação de Serviços em Regime de Avença – Área de Cultura**”, conforme peças procedimentais em anexo, nos seguintes termos:

1. Preço Base: Considerar como preço base, para o procedimento supramencionado um valor total de **6.000,00€ (seis mil euros)** acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor;
2. Prazo para a prestação do serviço: 12 meses
3. Prazo para a apresentação das propostas: 2 (dois) dias.
4. Dever-se-á convidar a apresentar proposta, de acordo com o proposto pelos serviços, a seguinte entidade:

✓ **Mário Alexandre Franco da Silva** (NIF:220 295 212), Técnico Superior licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais, com domicílio na Terra da Raposa, lote 1, Achada, 2640-401 MAFRA/ e-mail: m.alex.silva@gmail.com

Pelo que, se submete à consideração superior a abertura de procedimento nos termos elencados.

2017, 01, 30

O Técnico Superior

(Vasco Mota)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONVITE

X

AJUSTE DIRETO PARA:

“Prestação de Serviços de em Regime de Avença - Área da Cultura”

Pelo presente convidamos V. Ex.^a, a apresentar proposta referente ao procedimento supra mencionado.

1. Entidade adjudicante:

Câmara Municipal de Mafra, com sede na Praça do Município, 2644-001 MAFRA

Telefone: 261 810 143

Fax: 261 810 144

E-Mail: aprovisionamento@cm-mafra.pt

2. Órgão que tomou a decisão de contratar:

Sr. Presidente da Câmara Municipal, no uso de competência própria, nos termos conjugados da alínea a), n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, na sua atual redação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3. Tipo de procedimento:

Ajuste Direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

4. Documentos da proposta:

4.1. A proposta será, nos termos do art.º 57.º do CCP, obrigatoriamente, instruída com os seguintes documentos:

a) **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do Código dos Contratos Públicos;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

b) Atributos da Proposta, nomeadamente:

Preço proposto (valor mensal; valor anual).

c) Documentos relacionados com aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência:

Descrição das funções a desempenhar;

5. Prazo para apresentação de propostas:

a) A proposta deverá ser entregue, de acordo com a alínea g) do n.º 1 do art.º 115.º do CCP, através de meio de transmissão escrita eletrónica de dados (correio eletrónico), até às **17.00 horas do 2.º dia a contar da data do envio do presente convite**. No caso do referido 2.º dia coincidir com dia não útil o prazo limite transitará para as **17:00 do dia útil imediato**.

b) A proposta deverá ser submetida através de envio para o email: concursosccp@cm-mafra.pt

6. Caução:

A prestação da caução é dispensada, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

7. Documentos de Habilitação:

7.1 O adjudicatário deve entregar, **no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação**, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente convite;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- ii. Situação regularizada relativamente a **impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- iii. Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;

c) **Curriculum Vitae e certificado de habilitações.**

- 7.2 A entidade adjudicante concederá um prazo de três dias úteis para eventual supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.
- 7.3 Podem ainda ser solicitados ao adjudicatário quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.
- 7.4 O incumprimento da entrega dos referidos documentos, no prazo fixado, constitui contraordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos.

8. Preço Base:

O preço base a considerar para o procedimento, será de **6.000,00€ (seis mil euros)**, referentes a um ano, ao que corresponde a um valor mensal de **500,00€ (quinhentos euros)**, valores estes isento da taxa do I.V.A..

31.01.17
...../...../.....
O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **"Prestação de Serviços de em Regime de Avença - Área da Cultura"**

Artigo 2.º

Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos¹.
- 2 — O contrato de prestação de serviços é celebrado na modalidade de Avença, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, na sua atual redação.
- 3 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 5 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal².

¹ Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito (cfr. artigos 94.º e 95.º do Código dos Contratos Públicos).



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2 Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito (cfr. artigos 94.º e 95.º do Código dos Contratos Públicos).

Artigo 3.º

Obrigações principais do adjudicatário

O adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 4.º

Prazo de prestação do serviço

O contrato vigorará até 31/12/2017 (prazo de 12 meses), sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Artigo 5.º

Objeto do dever de sigilo

1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Mafra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 6.º

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Artigo 7.º

Preço contratual

- 1 — Pelo serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Mafra deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de I.V.A., à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Artigo 8.º

Condições de pagamento

- 1 — A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal de Mafra, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) mensalmente.
- 2 — Em caso de discordância por parte do Município de Mafra, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo aviso de débito.

Artigo 9.º

Foro competente

Para dirimir quaisquer questões relativas á validade, eficácia, aplicabilidade e interpretação do presente contrato, as Contratantes convencionam internacionalmente competentes os Tribunais portugueses e territorialmente competente o Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 10.º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 11.º

Comunicações e notificações

- 1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código



X

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 12.º

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 13.º

Legislação aplicável

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Capítulo II Condições Gerais, Especiais, Específicas e Características do Serviço

Funções a exercer no âmbito da Prestação de Serviços:

Garantir uma colaboração ativa e eficaz para a organização, apoio e logística das ações programadas para a realização das comemorações do Tricentenário do lançamento da primeira pedra da Basílica do Palácio Nacional de Mafra nomeadamente apoio à produção de concertos de música, exposições, conferências, espetáculos de rua, lançamento de livros, garantindo a devida articulação com o Palácio Nacional de Mafra, Paróquia de Mafra, Tapada Nacional e Escola das Armas.

31/01/17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO
ORÇAMENTO

Orçamento para o ano de 2017

C. O. Cap. 0401			DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO		
C. F.					
C. E. 010107			Remunerações Certas e Permanentes Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença		
1	Orçamento Inicial				200.000,00
2	Reforços / Anulações				
3 = 1 + -2	Orçamento Corrigido				200.000,00
4	Despesas Pagas				
5	Encargos Assumidos (a)				174.515,23
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível				25.484,77
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)				7.380,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual				18.104,77

2017/01/20 (c)

AJUSTE DIRECTO - A), N.º1, ART.º20º - SERVIÇOS - CONFORME O PEDIDO DE AQUISIÇÃO N. 83/2017

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do art.º 49.º da Lei 42/2016 de 28 de dezembro informa-se que o valor cabimentado até ao momento no que concerne à aquisição de serviços, (não cofinanciados), cumpre o exigido em tal clausulado. PCO ADBS 12/2017 - "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - NA ÁREA DA CULTURA"

DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO
2017.01.30 15:52:39 Z

(d)

(e)

(f)

- (a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
- (b) - Despesa a cabimentar
- (c) - Data
- (d) - Identificação funcional
- (e) - Assinatura
- (f) - Nome



041

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Turismo, Cultura e Desporto****INFORMAÇÃO Interno/2016/18052**

ASSUNTO: Contrato de avença - Licenciado serviço de Cultura

A Divisão de Turismo, Cultura e Desporto irá assegurar a realização das comemorações do Tricentenário do lançamento da primeira pedra da Basílica do Palácio Nacional de Mafra, que teve início no dia 17 de novembro de 2016. Estão agendadas diversas ações que compreendem, entre outras, concertos de música, exposições, conferências, espetáculos de rua, lançamento de livros, em articulação com o Palácio Nacional de Mafra, Paróquia de Mafra, Tapada Nacional e Escola das Armas.

De modo a garantir uma colaboração ativa e eficaz para a organização, apoio e logística das ações programadas, será necessário a contratação de um Técnico Superior para assegurar o reforço da equipa da Cultura, para o período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2017.

Atendendo à natureza da dinâmica de trabalho que se irá realizar, propõe-se, nesta data, que se proceda ao recrutamento de um Técnico Superior licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais, Mário Alexandre Franco da Silva, em regime de avença, para execução de trabalho não subordinado, tendo em consideração o conhecimento e experiência que possui na área em questão, sendo necessários para assegurar o referido apoio.

O pagamento dos honorários do profissional referido será de 500€/mês, acrescidos do valor do IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior

A técnica superior

Maria do Carmo Almeida

20 de dezembro de 2016



21.

042

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Turismo, Cultura e Desporto****PARECER**

Relatório.
A consideração do ~~Gauche~~ Senhor
Presidente.
31.01.2017

O(A) Vereador(a),

concordo. Proponho que o
assunto seja objecto de
deliberações pelo órgão
executivo.

30.01.2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação para
a atribuição de um apoio financeiro à
Irmandade do Santíssimo Sacramento.

30.01.2017

Para despacho superior.

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

1 reunião.

31.01.17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/1115**ASSUNTO:** Atribuição de apoio à Irmandade do Santíssimo Sacramento – Procissões da Quaresma

As quatro procissões da Quaresma realizadas tradicionalmente na vila de Mafra (*Senhor dos Passos, Terceiros, Burrinha e Enterro*) constituem manifestações religiosas e culturais cujas origens remontam ao século XVIII.

Reconhecendo o potencial no âmbito do turismo religioso, que as mesmas representam para a Vila, a Câmara Municipal de Mafra tem contribuído para a realização das festividades, considerando que a logística associada comporta compreensivelmente custos, em especial devido à ornamentação dos andores, à conservação dos paramentos e à participação das bandas filarmónicas que, com o seu contributo, acentuam a solenidade das cerimónias e criam o ambiente pretendido.

Deste modo, sugere-se um apoio financeiro de 1.200,00€ (mil e duzentos euros) à organização das Procissões da Quaresma em 2017, nos termos das alíneas o) e u)

anexo V



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, atribuindo-o à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Santo André de Mafra, dinamizadora das festividades e que tem a seu cargo a condução de todo o processo.

À consideração superior.

Mafra, 30 de janeiro de 2017

A técnica superior

Maria do Carmo Almeida

(Maria do Carmo Almeida)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL				
Classificação Económica	040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Transferências Correntes				
Classificação Funcional						
N.º Rubrica do Plano						
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	656.210,00				
2	Reforços / Anulações	15.000,00				
3	Congel. / Descongela. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	671.210,00				
5	Encargos Assumidos (a)	425.615,00				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	245.595,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	1.200,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	244.395,00				

Data: 2017/01/30 Numero de lançamento no diário do orçamento: 1987

Proposta de Cabimento n.º 2017/533

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA A IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ DE MAFRA, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS TRADIÇÃOAIS PROCISSÕES DA QUARESMA (2017).\segundo artº 2º, al.e) do nº2 artº 23º e al.s o) e u) do n.º 1 artº 33º do anexo I da Lei 75/2013, de 12/09."

DULCE MARIA DUARTE
LOURENÇO
2017.01.30 15:17:00 Z



044

22

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude****PARECER**

Concordo. Propõe-se o
assunto seja presente a reunião
de comuna.

30/01/2017 Aldemir Gomes.

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o
assunto seja objecto de
deliberações pelo órgão
executivo.

30/01/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a Infância
Caf. A considero

30/01/2017

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

Reunias

31/01/17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/1600

ASSUNTO: Comparticipações Familiares para as Férias (Cri) Ativas na interrupção letiva da Páscoa e do verão 2017

O projeto "Férias (Cri) Ativas" tem por objetivo proporcionar aos jovens participantes a vivência de experiências enriquecedoras, através do estímulo da criatividade, do desenvolvimento do conhecimento e da promoção da atividade física.

Neste sentido, para os jovens dos 10 aos 15 anos, pretende-se disponibilizar um programa diversificado durante as interrupções letivas da Páscoa, de 5 a 18 de abril, no Parque Desportivo Municipal de Mafra/Escola Básica Hélia Correia e na Escola Básica n.º 1 da Venda do Pinheiro, bem como do verão, de 19 de junho a 28 de julho, nos mesmos locais referidos e incluindo a Escola Básica da Ericeira.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

Com o objetivo de fazer face aos encargos inerentes à realização das atividades que integram o programa das Férias (Cri) Ativas, propõe-se que seja cobrado, nas interrupções letivas da Páscoa e do verão, a cada participante, os valores expostos nos quadros infra, os quais contemplam almoço e dois lanches diários.

Férias (Cri) Ativas na Páscoa: EB da Hélia Correia e EB nº 1 da Venda do Pinheiro

	Valor p/semana e por jovem
1. ^a Semana (de 5 a 7 de abril) = 3 dias	21,00 €
2. ^a Semana (de 10 a 13 de abril) = 4 dias	28,00 €
3. ^a Semana (de 17 a 18 de abril) = 2 dias	14,00 €

Férias (Cri) Ativas no verão: EB da Hélia Correia, EB nº 1 da Venda do Pinheiro e Escola Básica da Ericeira.

	Valor p/semana e por jovem
1. ^a a 6. ^a semana (19 de junho a 28 de julho)	35,00

De igual modo, propõe-se que as famílias que inscrevam mais do que um educando, em simultâneo nas semanas de atividade que ora se propõem, ou em simultâneo, entre estas e as atividades na interrupção letiva, no âmbito da componente de apoio à família (nos jardins de infância e escolas básicas do 1.º ciclo), usufruam de um desconto de 20 % no 2.º educando, 100% no 3.º e seguintes, aplicado na comparticipação familiar das Férias (Cri) Ativas.

No que diz respeito a desistências do projeto, propõe-se, em analogia ao *Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra*, que sejam comunicadas por escrito com uma antecedência mínima de 5 dias úteis em relação ao dia de início das mesmas. Haverá

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude**

desconto de 19%, por dia, caso o jovem falte por tempo superior a 3 dias, por motivo de doença, devidamente justificada por escrito pelo médico.

Mais se propõe, também que as atividades ocorram com um número mínimo de 15 jovens inscritos, em cada local, bem como que os jovens inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica de carência, ao abrigo do *Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mafra*, possam beneficiar de uma comparticipação total ou parcial sobre o valor de inscrição, decorrente de atendimento social a ser efetuado.

À Consideração Superior

Mafra, 30 de janeiro de 2017

A Técnica Superior

(Isabel Ramalhete)



23.

046

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude****PARECER****DESPACHO**

concordo. Propouho que o
enuto seja perante a reunião
do conselho.

30./01./2017

António José de Jesus

O(A) Vereador(a),

Concordo. Propouho que
o assunto seja objecto
de deliberação pelo órgão
executivo
30./01./2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Margarida

Concordo com a Infância.
A considero seguir.

2017.01.30 *Margarida*

O(A) Chefe de Divisão

J. Sousa

31./01./17

O Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva
(Hélder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2017/1609****ASSUNTO:** Projeto "Jornadas da Juventude 2017" - Valor de ingresso e inscrição

O projeto das *Jornadas da Juventude*, a realizar de 27 de março a 21 de abril, tem por objetivo disponibilizar um conjunto diversificado de iniciativas de âmbito informativo, formativo e lúdico, destinadas aos jovens dos 14 aos 29 anos.

Neste sentido, a Câmara Municipal dando continuidade à política municipal de juventude, no que concerne à oferta de uma diversidade de atividades que visem abranger o maior número de jovens, de acordo com as suas expectativas, interesses e necessidades, contempla no programa deste projeto, diversos eventos e *workshops*, uns de acesso gratuito e outros com um valor de inscrição simbólico, numa ótica de responsabilização.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

Face ao exposto, no âmbito das atribuições do Município no domínio da educação, tempos livres e desporto, dispostas nas alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, conjugadas com as competências da Câmara Municipal, relativamente à fixação de preços da prestação de serviços ao público, conforme alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a cobrança dos seguintes valores por cada participante:

Atividade	Valor por participante
<i>Workshops</i> temáticos	5,00€
<i>Mafra LAN Party</i>	10,00€

À Consideração Superior

Mafra, 30 de janeiro de 2017

A Técnica Superior

(Isabel Ramalhete)